

O lugar dos simbolismos paisagísticos nas abordagens mais-que-representacionais

Leonardo Luiz Silveira da Silva

Do Colégio Militar de Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil
leoluizbh@hotmail.com

Resumo: Este artigo epistemológico objetiva avaliar o papel dos simbolismos no seio da abordagem mais-que-representacional. Do ponto de vista das abordagens culturais, a epistemologia mais-que-representacional se apresenta como renovadora por ser capaz de transcender os simbolismos tomados-como-certos e esmiuçar os sentidos perpetuamente ressignificados em meio às complexas tramas de relações humanas e não-humanas. Como estratégia para a avaliação do simbolismo nas abordagens mais-que-representacionais, o artigo compara um breve histórico das geografias culturais que tem como ponto de partida a tradição saueriana e passa pelas abordagens dominantes da nova geografia cultural. A comparação do lugar dos simbolismos entre essas abordagens realça as diferenças e semelhanças epistêmicas, conferindo mais clareza à discussão.

Palavras-Chave: Representações; Simbolismos; Transcendências; Geografia Cultural.

Introdução

As sociedades dotam-se sempre de representações que lhes permitem pensar a organização política do mundo no qual evoluem e o caminho que intentam seguir (CLAVAL, 2011). Aquilo que chama de cultura é uma abstração constituída de signos que foram inventados para descrevê-la, dominá-la e verbalizá-la. É certo que, “na medida em que a lembrança de ações coletivas funde-se aos caprichos da topografia, às arquiteturas admiráveis ou aos monumentos criados para sustentar a memória de todos, ocorre a territorialização do espaço” (CLAVAL, 2001, p.14). Assim, a ordem simbólica é, *a priori*, um arranjo responsivo e responsável pelas relações de poder. É notável o fato de que o símbolo seja um termo, nome ou imagem que se apresenta familiar na vida cotidiana, “embora possua conotações especiais além do seu significado evidente e convencional” (JUNG, 2008 [1964]), o que ajuda a explicar a excepcionalidade de seu afeto e o dinamismo de sua forma (material ou imaterial).

O título deste artigo é direto quanto ao seu objetivo: avaliar o papel dos simbolismos no seio das abordagens geográficas mais-que-representacionais. Sabe-se, de

antemão, que os simbolismos ocuparam um lugar muito especial na nova geografia cultural, sobretudo nas publicações anglófonas da década de 1980 e 1990. Em meados da década de 1990 em diante – sobretudo com a consolidação da virada afetiva (*affective turn*) – os simbolismos passaram a ser explorados de uma forma diferente: não perderam sua relevância destacada por diversos autores identificados com a nova geografia cultural, mas foram ressignificados a partir de entendimentos afetivo-perfomáticos que deram abertura à intersubjetividade e às múltiplas interpretações.

O crescimento das abordagens mais-que-representacionais trouxe a preocupação de que a abordagem cultural na geografia se tornasse estéril politicamente (SILVA, 2021a), visto que a pluralidade identitária adiciona dificuldades discursivas às formulações representativas de coletividades. Essa preocupação é similar ao que ocorreu com a disseminação do pós-estruturalismo e pós-modernismo na geografia (FOLCH-SERRA, 1989; MINCA, 2009). Em comum, o pós-estruturalismo, o pós-modernismo e as abordagens mais-que-representacionais acabam gravitando em torno da chamada crise de representações, que sintetiza as preocupações de cunho sociopolítico (WARF, 1990; DOEL, 1992; MALPAS, 1992; SOJA, 1999; SILVA, 2023a; 2023b; 2023c; 2024a; 2024b; SOUZA JÚNIOR; SILVA, 2024).

As abordagens que desconstruíram noções dadas-como-certas [*taken-it-for-granted*] deram abertura, dentre outras possibilidades, para as experimentações fenomenológicas na geografia. Sabe-se que as aplicações da fenomenologia clássica na leitura do espaço conduziram à concepção de uma fenomenologia do mundo vivido, que não é livre de críticas: supostamente carrega pressupostos e aplicações a-críticos e despolitizados (MCCOMARCK, 2017). Ash e Simpson (2016), por sua vez, destacam que a fenomenologia é criticada por supostamente não contemplar a manipulação das pessoas realizadas pelas forças sociais objetivas, além de ser etnocêntrica e carregar uma estética masculina.

Todavia, como veremos neste artigo, abordagens mais-que-representacionais podem atuar na dimensão da sensibilidade social. Apesar de criarem instabilidade nas representações que sustentam o discurso de classe, são capazes de provocar reflexões necessárias para a compreensão da justiça social. Para tanto, evitam a normalização de padrões que supostamente são representativos de coletividades que são, na verdade, compostas por uma miríade de pensamentos, percursos, anseios e – sendo mais amplo – experiências. No âmbito mais-que-representacional aquilo que une os militantes pode ser pensado e representado, mas o respeito pela diferença sofisticar a ação social. Ninguém

pode ser definido por poucos adjetivos (SAÏD, 2007 [1978]) e por detrás dos estereótipos se esconde aquilo que é particular.

Para avaliar o papel dos simbolismos no contexto das abordagens geográficas mais-que-representacionais, utilizaremos a seguinte estratégia discursiva: primeiramente iremos fazer um retrospecto, mostrando como o simbolismo é lido na paisagem no âmbito da escola saueriana de pensamento, passando pela nova geografia cultural e, por fim, analisaremos o lugar das representações simbólicas nas abordagens mais-que-representacionais.

A Morfologia da Paisagem e a dimensão simbólica

Tido amplamente com um dos mais influentes geógrafos do século XX (LEIGHLY, 1976; HEWES, 1983; DENEVAN; MATHEWSON, 2009; GADE, 2011), Carl Sauer propôs um famoso modelo de interpretação da paisagem que explicita o lugar que atribuiu à dimensão simbólica. Divulgou esse modelo por meio do seu texto *A Morfologia da Paisagem* (SAUER, 2008 [1925]). Sempre é importante analisar Sauer – a despeito de sua prolífica carreira que se estendeu por décadas posteriores à publicação de *A Morfologia da Paisagem* – a partir do espírito de época no qual estava inserido. Em sua época – na década de 1920 – este icônico texto rompe com o pragmatismo positivista do século XIX (SPETH, 2011) que marcou não só a geografia, mas um amplo rol de ciências recém-institucionalizadas (CAPEL, 2013). *Ipsa facto*, frente as abordagens que o antecederam, os escritos de Sauer são considerados mais avançados ao saber dominante do seu *zeitgeist* (STRACHULSKI, 2015).

Durante a evolução do pensamento geográfico, era comum a orientação historicista dos geógrafos culturais, ao ponto de se tornar difícil joeirar a geografia cultural da geografia histórica (MIKESELL, 1978). Torna-se importante a ressalva de Leonard Guelke (1997): ainda que tenha considerado o tempo como fator relevante da análise da paisagem, Carl Sauer desenvolveu de maneira frágil o conceito de história, não levando em conta questões epistemológicas mais elaboradas ligadas a esta disciplina.

O modelo de construção da paisagem vê a paisagem natural separadamente da paisagem cultural, em uma divisão muito associada ao modernismo e às tradições fundadoras da geografia (SILVA, 2022a). No modelo de Sauer, o dinamismo do substrato físico da Terra submetido à passagem do tempo atomístico conduz a formação da

paisagem natural. Já a paisagem cultural se monta a partir da atuação de uma cultura ao longo do tempo em certo domínio natural, como se vê nas FIGURAS 1 e 2.

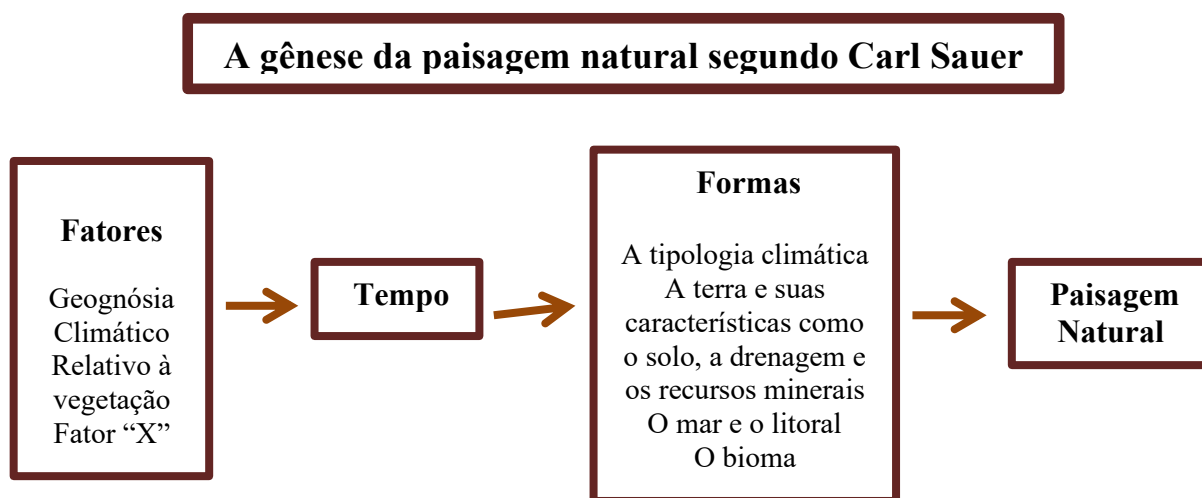


FIGURA 1 - Gênese da paisagem natural
Fonte: Adaptado de Sauer (2008[1925]).

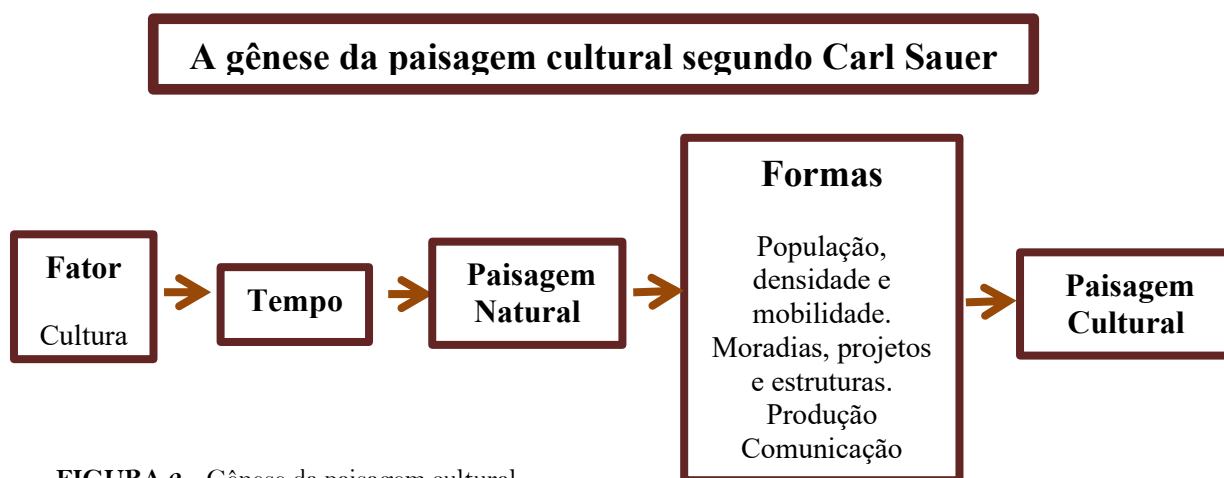


FIGURA 2 - Gênese da paisagem cultural
Fonte: Adaptado de Sauer (2008[1925]).

A ideia saueriana de processo – trazida pelo autor tanto na gênese da paisagem natural (FIGURA 1) quanto cultural (FIGURA 2) – está mais vinculada metodologicamente à ciência natural do que a história (ENTRIKIN, 1984). Afinal, considerar a passagem do tempo como aspecto formativo dos processos não significa necessariamente a adoção de métodos historiográficos. É gerada uma falsa expectativa nos leitores deste modelo que esperam problematizações densas em âmbito histórico-

epistemológico. Esta discussão impacta nas formas as quais o simbolismo paisagístico é considerado: as formas manifestas a partir do substrato natural e que são fruto da ação de uma dada cultura ao longo do tempo criam os símbolos que transformam um domínio prístino em uma paisagem. A ideia de um modelo explicativo para o surgimento dos símbolos simplifica a diversidade e a experiência histórica, bem como extirpa os papéis exercidos pelas excepcionalidades identitárias como construtores e afetados pelos simbolismos.

Ao considerar que a cultura exerce uma força irresistível sobre o substrato prístino e que, ao longo do tempo, o exercício dessa força cria as formas simbólicas, Sauer evidencia uma abordagem ontológica da cultura, como se a mesma fosse esgotável em uma descrição e que tivesse delimitação rígida no espaço-tempo. Estas discussões que atingiram o âmago da abordagem cultural saueriana foi enfatizada por geógrafos identificados com a nova geografia cultural. O texto de Duncan (1980) foi um baluarte anti-saueriano; até mesmo entre autores pós-sauerianos – se assim podemos nos referir – as discussões sobre a abordagem ontológica da cultura movimentaram a cena acadêmica, como se vê em Mitchell (1995; 1996); Duncan; Duncan (1996); Cosgrove (1996); Jackson (1996). Essas polêmicas moldaram as abordagens culturais e mostraram que, mesmo no período de ascensão da nova geografia cultural, não foi possível determinar homogeneidade e consenso. Todavia, a nova geografia cultural pode – mesmo diante de sua pluralidade – deixar marcas muito bem definidas acerca do papel do simbolismo na paisagem, como veremos a seguir.

A nova geografia cultural e a dimensão simbólica

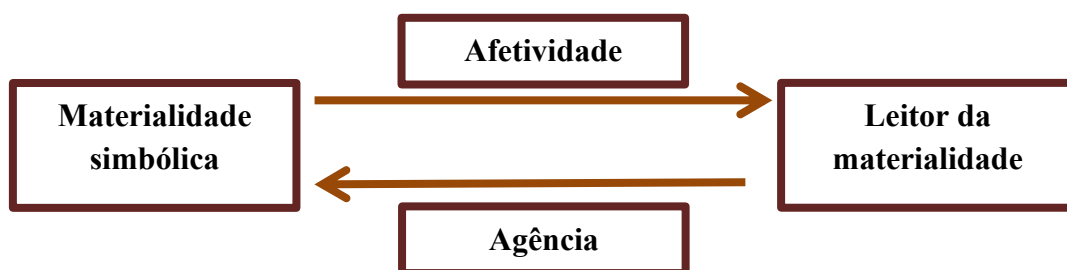
É plausível admitir que a nova geografia cultural é uma corrente pós-saueriana, no sentido de não se conformar com a leitura da paisagem estabelecida pela tradição instituída por Carl Sauer. Os geógrafos identificados com a nova geografia cultural passaram a compreender que a paisagem é construída a partir de um processo dialético no qual o símbolo afeta a mente humana e esta, uma vez afetada, atua sobre a paisagem endossando ou reproduzindo o símbolo. Assim, é um pressuposto comum da nova geografia cultura a compreensão de que mente e matéria não podem ser apartados (COSGROVE, 1983; WALTON, 1995; INGOLD, 2007; BERQUE, 2012). Muitos trabalhos ligados a este campo de investigação flertam com pressupostos da geografia crítica, entendendo a paisagem como um palco de manipulação afetiva, por meio da colocação de símbolos que teriam a função de influenciar o comportamento das pessoas.

Por isso se fala, neste âmbito, da paisagem como local de consumo (LIMONAD, 2000; CACHINHO, 2006), espetáculo (MINCA, 2007; COSGROVE, 1989), teatro (COSGROVE; DANIELS, 1989; COSGROVE, 1990a), artefato (BESSE, 2006), cinema (LUKINBEAL, 2005).

Como um arranjo simbólico sofisticado e instrumento de manipulação, desenvolveu-se no seio da nova geografia cultural a ideia de que a paisagem pode ser vista como um texto (ROWNTREE, 1986; 1988; COSGROVE; JACKSON, 1987; DUNCAN; DUNCAN, 1988; COSGROVE, 1990b) e/ou intertexto (SILVA, 2021b), perspectivas que coadunam com trabalhos icônicos da corrente:

- O livro *Maps of Meaning*, de Peter Jackson (1989), que refletiu acerca da obsolescência da abordagem estritamente material da cultura;
- O livro *The city as a text: The Politics of Landscape Interpretation in the Kandya Kingdom*, de James Duncan (1990), em que o autor realiza uma análise da construção do simbolismo paisagístico no Sri Lanka;
- A investigação realizada por Denis Cosgrove a respeito do simbolismo de Veneza (COSGROVE, 1982) e da paisagem palladiana (COSGROVE, 1993).

A indissociabilidade mente a matéria dá o tom do papel do simbolismo no seio das abordagens vinculadas à nova geografia cultural. A materialidade simbólica que salpica na paisagem é capaz de provocar reflexões, entendimentos e induzir as pessoas a performarem de acordo com as intencionalidades dos autores dos textos simbólicos; é sempre importante lembrar que o simbolismo erguido na paisagem deve ser visto como um texto que é lido e apreendido. É o que nos permite aludir à existência de expressões militantes da paisagem (SILVA, 2020) e refletir sobre a capacidade discursiva contida nos monumentos (SILVA, 2022b) e no próprio caráter da paisagem que acaba se portando como um palco que abriga discursos ora antagônicos, ora consensuais (SILVA; COSTA, 2022). Os simbolismos auxiliam a construir redes simbólicas, à medida que impactam nas formas de compreensão da paisagem e estimulam a (re)produção da mesma a partir de sua égide.

FIGURA 3 - Afeto e agência como instrumentos do dinamismo paisagístico**FIGURA 3** - Afeto e agência como instrumentos do dinamismo paisagístico

Fonte: Organizado pelo autor

O esquema trazido pela FIGURA 3 evidencia que aquilo que é chamado de simbolismo material não se restringe, na realidade, aos materiais que o compõem. Monumentos, estátuas e diversos outros símbolos carregam mais do que madeira e pedra e extravasam seus significados contribuindo para que os leitores de sua materialidade transitem por percursos imaginativos imateriais. Paul Gunnar Olsson é sagaz ao cunhar o trocadilho *Expressed Impressions of Impressed Expressions* (OLSSON, 1983) que sintetiza a dinâmica paisagística. Augustin Berque, por sua vez, utiliza o neologismo geograma (BERQUE, 2012) para se referir à soma material e imaterial que essencializa os símbolos. O autor chama de trajeção o processo em que a materialidade interfere no sujeito que, de retorno, impacta na materialidade (BERQUE, 2017). São estes arcabouços teóricos refinados que tiveram como ponto de partida o binômio paisagem-marca e paisagem-matriz (BERQUE, 1984), verbetes que sintetizam a capacidade da paisagem de se apresentar como símbolo e de deixar marcas nas mentes que nela performam.

Manipulações paisagísticas operadas por meio de imposições simbólicas não diferem das estratégias de construção de realidades tomadas-como-certas: os conceitos de nação (ANDERSON, 2008 [1984]; BILLIG, 1995) e cultura (MITCHELL, 1995) são representações muito sólidas que provocam automatismos performáticos em uma plethora de corpos a partir da colonização do pensamento. A nova geografia cultural certamente se preocupa com isso, mas há um degrau que merece ser percebido entre a teoria que geralmente pratica daquela advinda das abordagens mais-que-representacionais.

Aprioristicamente é importante salientar que não é confortável traçar limites rígidos em subdisciplinas ou correntes; pesquisadores podem, muitas vezes, sequer ser identificados com as correntes que geralmente são associados. Denis Cosgrove (1996) – nome que é vinculado com certa frequência à nova geografia cultural – discordou de sua associação frente a esta corrente. As formas híbridas de pensamento permitem

elaborações transicionais entre extremos e reconhecemos esta premissa axiomática. Todavia, de forma generalista, é importante apontar as diferenças da compreensão do papel dos simbolismos paisagísticos para a leitura do espaço: a nova geografia cultural não possui como preocupação prioritária a compreensão das particularidades identitárias, praticando, muitas vezes, o que chamaremos aqui de *ontologia do símbolo*.

A *ontologia do símbolo* é dada pela sua reificação; isto significa dizer que o símbolo é esmiuçado em seu significado e reproduzido como se exalasse um entendimento comum a todos que são impactados pelo seu texto. É curiosa esta perspectiva, mas não causa estranheza, sobretudo se os grandes debates da nova geografia cultural ficarem claros durante nossa cognição acerca da evolução do pensamento geográfico: é de se lembrar que Don Mitchell (1995), em meados da década de 1990, alertou que seus pares utilizavam em larga medida uma noção ontológica, ou seja, reificada da cultura. A *ontologia do símbolo* coaduna com esta visão particular, à medida que os conceitos de cultura e símbolo estão entremeados.

As abordagens mais-que-representacionais se disseminaram na geografia – em especial nas abordagens culturais da disciplina – partindo da crítica às bases exclusivamente representacionais de pensamento. O degrau da transição entre a nova geografia cultural e as abordagens mais-que-representacionais tem no seu talude o rompimento com a *ontologia do símbolo* e, a partir desta fissura, posicionam-se as principais diferenças nas formas de compreender o espaço e de metodologicamente produzir pesquisas geográficas.

As abordagens mais-que-representacionais e a dimensão simbólica

Sob a aura das reflexões pós-modernistas, pós-estruturalistas e Teoria Ator-Rede se instituiu nas ciências humanas a crise das representações (JACKSON, 1991; DENZIN, 2002; FLAHERTY, 2002) que paulatinamente ganhou terreno ao longo da década de 1990. O geógrafo Nigel Thrift (2000; 2003; 2004; 2008) se valeu da potência do *zeitgeist* desta década para edificar aquilo que chamou de “estilo de não-representacionista de pensar” (THRIFT, 2000) e que passou a chamar de teorias não-representacionais (TNR) (PAIVA, 2017; 2018; SILVA, 2022c; SEEMANN; SILVA; COSTA, 2024): um conjunto de abordagens que fazem a leitura do espaço a partir das relações que são estabelecidas entre sujeitos-em-rede, incluindo humanos e não-humanos envoltos em uma mesma trama relacional. O aninhamento de relações estrutura um conjunto de limites e escalas

mal definidos (FEATHERSTONE, 2011) que são conhecidos na literatura como *assemblages* (DITTMER, 2003; ANDERSON; MCFARLANE, 2011; ANDERSON, *et al.*, 2012).

As TNR passaram a ver os eventos, símbolos e personagens não como elementos tomados-como-certos, mas como significados dinâmicos que irrompem a todo momento devido ao arranjo e rearranjo das redes. *Ipso facto*, tal abordagem também ficou conhecida como geografia do que acontece e, metodologicamente, as investigações que flertam com o empírico tentam montar o cotidiano dos atores-em-rede, como se vê em Hitchings (2003; 2012), Anderson (2005), Bissel (2009), Panelli (2010); Engelmann (2015); Pitt (2015); Adams-Hutcheson (2019), Zara (2021) e tantos outros trabalhos. É importante destacar que, apesar de crescente, as abordagens que visam transcender as representações não são muito disseminadas na geografia brasileira, mas já podem ser consideradas como maduras nas geografias anglófonas.

As TNR são causa e consequência da consolidação daquilo que é chamada de virada afetiva [*affective turn*], à medida que o foco da análise é centrado no ciclo afetivo-performático dos sujeitos-em-rede, dos arranjos relacionais heterogêneos – as *assemblages* (SILVA, 2024c) – que se manifestam em dada espacialidade e do impacto destas redes para a organização do espaço. A princípio, essas TNR se aproximam das teorizações da nova geografia cultural quanto ao simbolismo da paisagem: estes símbolos afetam e estimulam a agência dos afetados sobre o espaço, tal como um ciclo. Todavia, existem diferenças expressivas que precisam ser problematizadas: o nome cunhado por Thrift – TNR – é para os incautos a negação das representações; Hayden Lorimer (2005) problematiza devidamente este fato, ao indicar que Thrift não foi muito feliz ao batizar assim aquilo que percebeu como um agrupamento de abordagens representacionais-transcendentes. De fato, as teorias não-representacionais não negam as representações; apenas deslocam o seu eixo de análise, argumentando que elas não são capazes de definir pensamentos, mas influir sobre estes, conjuntamente a uma densa e variada gama de ideias e significados que irrompem e são transmitidos pelos arranjos de elementos-em-rede. A problematização de Lorimer tornou-se tão divulgada que influenciou no uso preferencial da expressão “mais-que-representacional” como alusão às abordagens que excedem representações. É nesse bojo que devemos ver o papel dos simbolismos nestas abordagens.

Em um arranjo relacional heterogêneo, os sujeitos envolvidos em rede participam de uma rede marcada por um grande fluxo afetivo-performático, demonstrado pelas setas azuis da FIGURA 4. Para além disso, elementos se fundem e, do ponto de vista

simbólico, passam a significar mais do que a soma das partes das unidades que se relacionam.

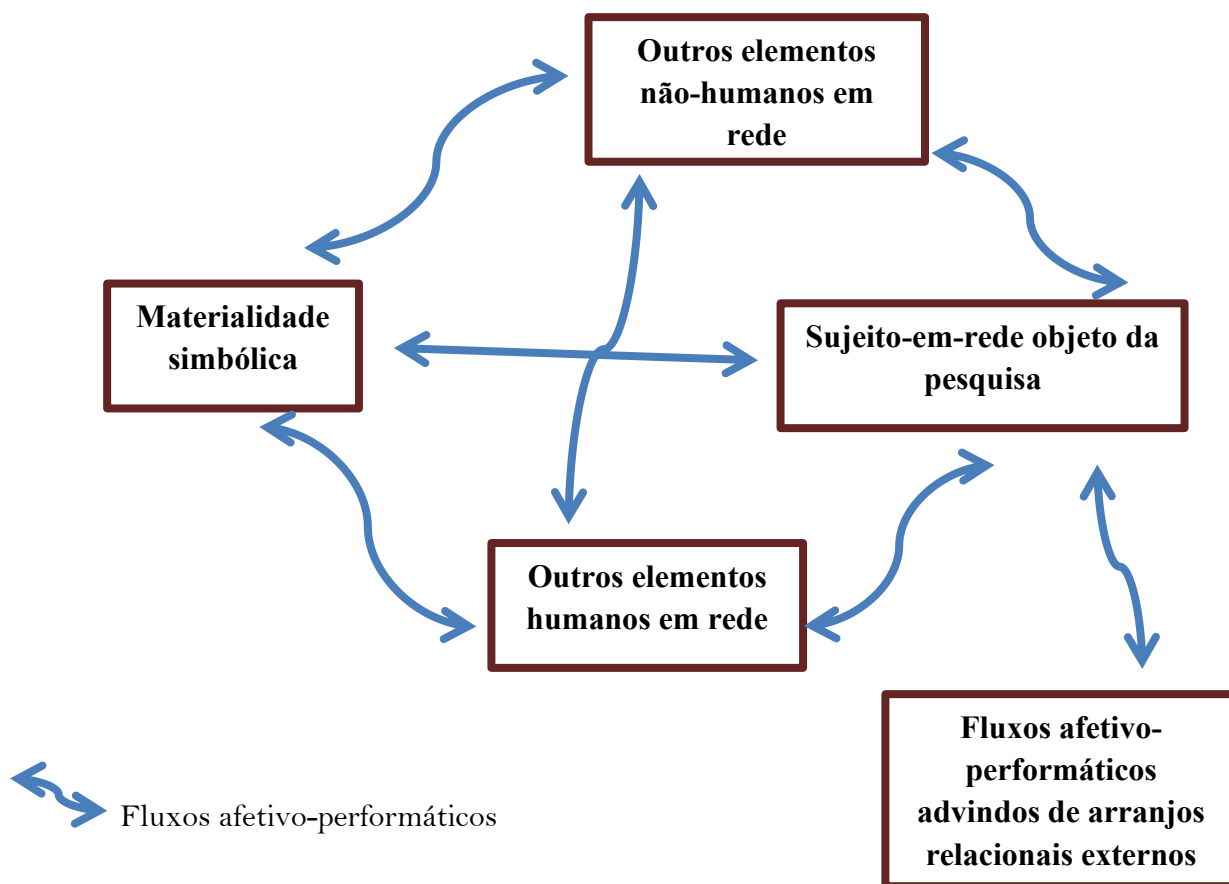


FIGURA 4 - A trama afetivo-perfomática da materialidade simbólica na abordagem mais-que-representacional

Fonte: Organizado pelo autor

É de se pensar, por exemplo, que uma bandeira nacional e uma pessoa, vistos em sua unidade, possuem significados distintos da ideia transmitida por uma pessoa agitando uma bandeira. Ademais, nota-se que os arranjos relacionais heterogêneos possuem uma dificuldade de serem interpretados empiricamente (SILVA, 2024c): atores-em-rede participam de múltiplas *assemblages* ao mesmo tempo, o que fazem de sua experiência uma complexa trama de espaços-tempos sitiados. Os termos que são oferecidos pelo arranjo de uma *assemblage* não explicam certas *performances* advindas de afetividades externas, que se apresentam, muitas vezes, como informações ocultas ao intérprete.

Nas abordagens mais-que-representacionais, a *ontologia do símbolo* não é uma condição da leitura espacial; diferentemente, é um partícipe – ou seja –, mais um elemento componente das diversas camadas afetivas que incidem sobre os sujeitos e que os estimula a performar. Por essa razão, é *sine qua non* o deslocamento da análise de um *afeto ontológico* que incidiria de forma relativamente homogênea sobre uma coletividade para a direção de um *afeto identitário* – excepcional –, que traria os resquícios experienciais de espaços-tempos externos ao arranjo relacional avaliado.

Considerações Finais

Para facilitar a compreensão do lugar do simbolismo nas abordagens mais-que-representacionais propusemos uma estratégia discursiva que analisou as grandes rupturas envolvendo a tradição saueriana, a nova geografia cultural e os pressupostos alinhados à transcendência representacional. A geografia saueriana edificou uma forma de pensar que alinhava a ideia de simbolismo a um processo de transformação paisagística no qual, irresistivelmente, o substrato prístino da paisagem era reformulado a partir da ação humana, o que permitia o descolamento conceitual entre a paisagem natural e cultural. A nova geografia cultural rejeitou o binarismo natural *versus* cultural atribuído à paisagem, passando a defender a ideia de que até mesmo aquilo que se diz natural é, na verdade um símbolo, o que endossa a concepção de Simon Schama, para quem a natureza não se define (SCHAMA, 2009). Apesar de carregar a noção que envolve a dialética da materialidade e imaterialidade paisagística, argumentamos que a nova geografia cultural elaborou a *ontologia do símbolo*, na qual símbolos são tidos como capazes de impactar de forma relativamente homogênea grandes coletividades, em uma generalização similar às considerações de sua constituição simbólica: na *ontologia do símbolo* crê-se que elementos da paisagem podem ser descritos e ter a suas características percebidas esgotadas em uma descrição.

A expressão mais-que-representacional, diferentemente do que seu nome possa sugerir, não se apoia na rejeição dos símbolos na análise geográfica. Os símbolos continuam a refletir e realçar sentidos de lugares e paisagens e, como asseverou Peterson e Saarinen (1986), a exploração de símbolos possibilita a compreensão do que chamam de identidade local ou regional. Todavia, as abordagens mais-que-representacionais enfatizam a efemeridade; aquilo que é tido como identidade do lugar ou da paisagem, na

verdade, é uma precária condição de momento sujeita à irrupção de novos sentidos advindos dos arranjos relacionais heterogêneos.

O lugar dos simbolismos nas abordagens mais-que-representacionais se situa na dimensão afetiva, isto é, os símbolos são mais uma das forças que afetam os partícipes das *assemblages*. A participação do símbolo em meio a uma encruzilhada de relações afetivas evidencia o fato de sua incapacidade de explicar a totalidade do afeto e da *performance*. Essa é a razão que inspirou Hayden Lorimer (2005) a sugerir o termo mais-que-representacional em substituição a “não-representacional”. As diferenças expressas entre abordagens culturais da geografia, desde a tradição saueriana às abordagens mais-que-representacionais, são bastante expressivas. Acreditamos que a compreensão do histórico das abordagens culturais da geografia é muito importante para que as diferentes ênfases dos trabalhos em geografia cultural sejam percebidas e compreendidas à luz dos desenvolvimentos epistemológicos e do seu *zeitgeist*.

The place of landscape symbolism in more-than-representational approaches

Abstract: This epistemological article aims to evaluate the role of symbolisms within the more-than-representational approach. From the point of view of cultural approaches, more-than-representational epistemology presents itself as innovative because it is capable of transcending taken-for-granted symbolisms and detailing the meanings that are perpetually re-signified amidst the complex webs of human and non-human relations. As a strategy for evaluating symbolism in more-than-representational approaches, the article compares a brief history of cultural geographies that takes as its starting point the sauerian tradition and passes through the dominant approaches of the new cultural geography. The comparison of the place of symbolisms between these approaches highlights the epistemic differences and similarities, lending more clarity to the discussion.

Keywords: Representations; Symbolisms; Transcendences; Cultural Geography.

El lugar de los simbolismos del paisaje en enfoques más que representacionales

Resumen: Este texto epistemológico tiene como objetivo evaluar el papel del simbolismo dentro del enfoque más que representacional. Desde el punto de vista de los enfoques culturales, la epistemología más que representacional se presenta como renovadora porque es capaz de trascender los simbolismos dados por ciertos y escudriñar los significados que perpetuamente reciben nuevos significados en medio de las complejas redes de relaciones humanas y no humanas. Como estrategia para evaluar el simbolismo en enfoques más que representacionales, el texto compara una breve historia de las geografías culturales que toma como punto de partida la tradición saueriana y recorre los enfoques dominantes de la nueva geografía cultural. Comparar el lugar del

simbolismo entre estos enfoques resalta las diferencias y similitudes epistémicas, proporcionando más claridad a la discusión.

Palabras clave: Representaciones; Simbolismos; Trascendencias; Geografía Cultural.

Referências

ADAMS-HUTCHESON, G. (2019) Farming in the troposphere: drawing together affective atmospheres and elemental geographies. *Social & Cultural Geography*, v.20, i.7, p.1004-1023.

ANDERSON, B. (2005) Practices of judgement and domestic geographies of affect. *Social & Cultural Geography*, v.6, n.5, p.645-659.

ANDERSON, B. *et al.* (2012) On assemblages and geography. *Dialogues in Human Geography*, v.2, i.2, p.171-189.

ANDERSON, B.; MCFARLANE, C. (2011) Assemblage and Geography. *Area*, v.43, n.2, p.124-127.

ANDERSON, B. (2008) *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das letras.

ASH, J.; SIMPSON, P. (2016) Geography and post-phenomenology. *Progress in Human Geography*, v.40, n.1, p.48-66.

BERQUE, A. (1984) Paysage-empreinte, paysage-matrice: Eléments de problématique por une géographie culturelle. *L'espace géographique*, tome 13, n.1, p.33-34.

BERQUE, A. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. *Geograficidade*, v.2, n.1, p.4-12, Verão, 2012.

BERQUE, A. (2017) A cosmofoania das realidades geográficas. *Geograficidade*, v.7, n.2, p.4-16.

BESSE, J. (2006) *Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva.

BILLIG, M (1995). *Banal Nationalism*. London: Sage Publications.

BISSELL, D. (2009) Obdurate pains, transient intensities: affect and the chronically pained body. *Environment and Planning A*, v.41, i.4, p.911-928.

CACHINHO, H. (2006) Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna. *Finisterra*, v.XLI, n.81, p.33-56.

CAPEL, H. (2013) Ruptura e continuidade no pensamento geográfico. (in): CAPEL, Horacio. *Ruptura e continuidade no pensamento geográfico*. Maringá: EDUEM.

CLAVAL, P. (2001) *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora UFSC, 2001.

- CLAVAl, P. (2011) *A epistemologia da geografia*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.
- COSGROVE, D. (1982) The myth and the stones of venice: an historical geography of a symbolic landscape. *Journal of Historical Geography*, v.8, n.2, p.145-169, 1982.
- COSGROVE, D. (1983) Towards a radical cultural geography: problems of theory. *Antipode*, Vol. 5, Issue I, p.1-11.
- COSGROVE, D. (1989) A terrain of metaphor: cultural geography 1988-89. *Progress in Human Geography*, v.13, i.4, p.566-575, december .
- COSGROVE, D. (1990a) Landscape studies in geography and cognate fields of the humanities and social sciences. *Landscape Research*, v.15, n.3, p.1-6.
- COSGROVE, D. (1990b) ...Then we take Berlim: cultural geography 1989-90. *Progress in Human Geography*, v.14, i.4, p.560-568, december.
- COSGROVE, D. (1996) Ideas and culture: a response to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v.21, n.3, p.574-575.
- COSGROVE, D; DANIELS, S. (1989) Fieldwork as theatre: a week's performance in Venice and its region. *Journal of Geography in Higher Education*, v.13, n.2, p.169-182.
- COSGROVE, D.; JACKSON, P. (1987) New Directions in Cultural Geography. *Area*, v.19, n.2, p.95-101, june.
- DENEVAN, W. M.; MATHEWSON, K. (2009) *Carl Sauer on culture and landscape: readings and commentaries*. Baton Rouge: Louisiana State University Press.
- DENZIN, N. K. (2002) Confronting ethnography's crisis of representation. *Journal of Contemporary Ethnography*, v.31, n.4, p. 482-484, august.
- DITTMER, J. (2003) Geopolitical assemblages and complexity. *Progress in Human Geography*, v.38, i.3, p.385-401, september.
- DOEL, M. A. (1992) In stalling desconstruction: striking out the postmodern. *Environmental and planning D: society and space*, v.10, i.2, p.163-179.
- DUNCAN, J. (1980) The superorganic in american cultural geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v.70, n.2, p.181-198, june.
- DUNCAN, J. (1990) *The city as a text: The Politics of Landscape Interpretation in the Kandy Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DUNCAN, J.; DUNCAN, N. (1988) (Re)reading the landscape. *Environmental and Planning D. Society and Space*, v.6, p.117-126.
- DUNCAN, J.; DUNCAN, N. (1996) Reconceptualizing the Idea of Culture in Geography: A Reply to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers*, new series, v.21, n.3, p.576-579.

ENGELMANN, S. (2015) More-than-human affinitive listening. *Dialogues in Human Geography*, v.5, n.1, p.76-79.

ENTRIKIN, J. N. (1984) Carl O. Sauer: Philosopher in Spite of Himself. *Geographical Review*, v.74, n.4, p.387-408, october.

FLAHERTY, M. G. (2002) The crisis in representation: a brief history and some questions. *Journal of Contemporary Ethnography*, v.31, n.4, p. 479-482, august.

FOLCH-SERRA, M. (1989) Geography and Post-Modernism: linking humanism and development studies. *The Canadian Geographer*, v.33, n.1, p.66-75, 1989.

GADE, D. (2011) Carl Sauer e a força da curiosidade nas pesquisas geográficas. (in): CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Sobre Carl Sauer*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

GUELKE, L. (1997) The relations between geography and history reconsidered. *History and Theory*, v.36, n.2, p.216-234, may.

HEWES, L. (1983) Carl Sauer: a personal view. *Journal of Geography*, v.82, n.4, p.140-147.

HITCHINGS, R. (2003) People, plants and performance: on actor network theory and the material pleasures of the private garden. *Social & Cultural Geography*, v.4, n.1, p.99-114.

HITCHINGS, R. (2012) People can talk about their practices. *Area*, v.44, n.1, p.61-67.

INGOLD, T. (2007) Materials against materiality. *Archaeological Dialogues*, v.14, i.1, p.1-16, april.

JACKSON, P. (1989) *Maps of Meaning*. London and New York: Routledge.

JACKSON, P. (1991) Guest Editorial: The crisis of representation and the politics of position. *Environmental and Planning D, Society and Space*, v.9, p.131-134.

JACKSON, P. (1996) The idea of culture: a response to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v.21, p.572-573.

JUNG, C. (2008) Chegando ao inconsciente. (in): JUNG, C. (org.) *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

LEIGHLY, J. (1976) Carl Ortwin Sauer, 1889-1975. *Annals of the Association of American Geographers*, v.66, n.3, p.337-348, september.

LIMONAD, E. (2000) A cidade na pós-modernidade: entre a ficção e a realidade. *Geographia*, ano II, n.3, p.89-110.

LORIMER, H. (2005) Cultural geography: the busyness of being “more-than-representational”. *Progress in Human Geography*, v.29, i.1, p.83-94.

LUKINBEAL, C. (2005) Cinematic Landscapes. *Journal of Cultural Geography*, v.23, n.1, p.3-22.

MALPAS, J. (1992) Retrieving Truth: Modernism, Post-Modernism and The Problem of the Truth. *Soundings: an Interdisciplinary Journal*, v.75, n.2/3, p.287-306, summer/fall.

MCCOMARCK, D. P. (2017) The circumstances of post-phenomenological life worlds. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v.42, i.1, p.2-13, march.

MIKESELL, M. W. (1978) Tradition and innovation in cultural geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v.68, n.1, p.1-16, march.

MINCA, C. (2007) The touristic landscape paradox. *Social & Cultural Geography*, v.8, n.3, 433-453.

MINCA, C. (2009) Postmodernism/Postmodern Geography. (in) KITCHIN, R., THRIFT, N. *Encyclopedia of Human Geography*. Elsevier, Amsterdam.

MITCHELL, D. (1995) There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, new series, v.20, n.1, p.102-116.

MITCHELL, D. (1996) Explanation in Cultural Geography: A Reply to Cosgrove, Jackson and the Duncans. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v.21, n.3, p.580-582.

OLSSON, P. G. (1983) Expressed Impressions of Impressed Expressions. *Geographical Analysis*, vol.5, n.1, p.60-64, january.

PAIVA, D. (2017) Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. *Finisterra*, v. LII, n.106, p.159-168, 2017.

PAIVA, D. (2018) Teorias não-representacionais na geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. *Finisterra*, v. LIII, n.107, p. 159-168, 2018.

PANELLI, R. (2010) More-than-human social geographies: posthuman and other possibilities. *Progress in Human Geography*, v.34, n.1, p.79-87, 2010.

PETERSON, G. G.; SAARINEN, T. F. (1986) Locals symbols and sense of place. *Journal of Geography*, v.85, n.4, p.164-168.

PITT, H. (2015) On showing and being shown plants – a guide to methods for more-than-human geography. *Area*, v.47, i.1, p.48-55, march.

ROWNTREE, L. (1986) Cultural/humanistic geography. *Progress in Human Geography*, v.10, n.4, p.580-586.

ROWNTREE, L. (1988) Orthodoxy and new directions: cultural/humanistic geography. *Progress in Human Geography*, v.12, n.4, p.575-586.

SAÏD, E. (2007) *Orientalismo*. São Paulo: Companhia de Bolso.

SAUER, C. O. (2008) The morphology of landscape. (in): OAKES, T. S; PRICE, P. L. (eds). *The Cultural Geography Reader*. New York: Routledge.

SCHAMA, S. (2009) *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEEMANN, J.; SILVA, L. L. S.; COSTA, A. (2024) Repensando o conceito de nação: uma visão geográfica a partir das teorias não-representacionais. *Revista Espaço Aberto*, v.14, n.1, p.5-27.

SILVA, L. L. S. da. (2020) Expressões militantes da paisagem. *Revista Percurso*, v.12, n.2, p.109-131.

SILVA, L. L. S. (2021a) Entre o cultural e o social nas abordagens geográficas. *Geographia*, v. 23, n. 50, p. 1-13.

SILVA, L. L. S. (2021b) Paisagem entre textos e intertextos. *Tamoios*, v.17, n.21, p.129-147.

SILVA, L. L. S. (2022a) A indivisibilidade da paisagem. *Geoaraguaia*, v12, n.2, p.224-243.

SILVA, L. L. S. (2022b) O monumento e suas batalhas simbólicas. *Élisée*, v.11, n.1, p.1-27.

SILVA, L. L. S. (2022c) Uma geografia do que acontece. *Revista Geográfica Acadêmica*, v.16, n.2, p.72-85.

SILVA, L. L. S. (2023a) *A excepcionalidade da paisagem e do lugar: a transcendência da (i)materialidade por meio da mediação de subjetividades*. Belo Horizonte e Montes Claros: Letramento e Editora IFNMG.

SILVA, L. L. S. (2023b) A crise das representações: repercussões para a geografia. *Casa de Geografia de Sobral*, v.25, n.3, p.206-221.

SILVA, L. L. S. (2023c) Elucidando as Teorias não-representacionais. *Geotemas*, v.13, n.1, p.e02301, 2023c.

SILVA, L. L. S. (2024a) A transcendência da representação na geografia mais-que-humana. *Boletim de Geografia*, v.42, e66736, p.1-18.

SILVA, L. L. S. (2024b) *Espaços-Tempos: uma geografia dos fragmentos da experiência*. Belo Horizonte e Montes Claros: Letramento e Editora IFNMG, 2024b.

SILVA, L. L. S. (2024c) Sobre o uso das assemblages nas abordagens relacionais geográficas. *Geographia Meridionalis*, v.7, e0240003.

SILVA, L. L. S.; COSTA, A. (2022) A paisagem enquanto campo de batalhas discursivo. *Caderno de Geografia*, v.32, n.69, p.524-549.

SOJA, E. W. (1999) In different spaces: The cultural turn in urban and regional political economy. *European Planning Studies*, v.7, n.1, p.65-75.

SOUZA JÚNIOR, C. R. B.; SILVA, L. L. S. (2024) Por que fazer geografias mais-que-representacionais? (in): SOUZA JÚNIOR, C. R. B.; SILVA, L. L. S. *Irrupções Geográficas: afetos, lugares e paisagens para além das representações*. Vitória: Editora Rasuras.

SPETH, W. W. (2011) Historicismo: a visão disciplinária de mundo de Carl Sauer. (in): CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Sobre Carl Sauer*. Rio de Janeiro: Eduerj.

STRACHULSKI, J. (2015) O percurso do conceito de paisagem na ciência geográfica e perspectivas atuais. *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais*, v.4, n.2, p.3-33, jul./dez.

THRIFT, N. (2000) Afterwords. *Environmental and Planning D: Society and Space*, v.18, i.2, p.213-255, april.

THRIFT, N. (2003) Performance and *Environment and Planning A: Economy and Space*, v.35, i.11, p.2019-2024.

THRIFT, N. (2004) Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect. *Geografiska Annaler*, v.86, i.1, p.57-78, march.

THRIFT, N. (2008) *Non-representational theory: Space/politics/affect*. London: Routledge.

WALTON, J. R. (1995) How Real(ist) can you get? *Professional Geographer*, v.47, i.1, p.61-65.

WARF, B. (1990) Can the region survive post-modernism? *Urban Geography*, v.11, n.6, p.586-593.

ZARA, C. (2021) Venice in Vanarasi: Fluid landscapes, aesthetic encounters and the unexpected geographies of tourist representation. *Shima*, v.15, n.1, p.225-255.

Sobre o autor

Leonardo Luiz Silveira da Silva - Graduado em geografia, mestre em relações internacionais e doutor em geografia.

Recebido para avaliação em dezembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2025.